

CURRÍCULO, HETEROTOPIA E EDUCAÇÃO PARA A(S) SEXUALIDADE(S): O ESTADO DA QUESTÃO¹

José Wilker Moraes Vieira²
Raquel Crosara Maia Leite³

RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar o Estado da Questão (EQ) acerca do entrelaçamento entre o Currículo, as Heterotopias e a Educação para a(s) Sexualidade(s). Nesta análise foram selecionados 15 trabalhos decorrentes de diversas pesquisas encontradas nos indexadores selecionados. Os resultados permitiram compreender uma confluência que oportuniza disputas acerca dos corpos, sexos, gêneros e sexualidades nos documentos oficiais, sobretudo, entre políticas de alargamento e conservação. Além disso, foi possível perceber uma relação com a construção das identidades e subjetividades nos espaços escolares. Por fim, embora dispusessem de críticas à regulação biopolítica nos documentos curriculares, apresentaram possibilidades e resistências a partir da prática pedagógica.

Palavras-chave: Políticas Curriculares, Contraespaços, Subjetividades, Estado da Questão.

INTRODUÇÃO

Este texto consiste na proposição de um diálogo entre as atuais pesquisas emergentes no campo curricular com o objetivo primeiro de narrar uma teia construída em torno dos corpos, sexos, gêneros e sexualidades voltadas à simbologia e à materialidade na educação brasileira.

Para atingir esse objetivo realizamos o Estado da Questão (EQ), o qual Nóbrega-Therrien e Therrien (2004) relatam ser um método que promove a organização de um registro, a partir de um levantamento rigoroso, de como está determinado objeto ou tema de pesquisa no estado atual da ciência com o objetivo de delimitar seu alcance e os aportes para a área de estudo. Nesse sentido, o EQ vem sendo utilizado por pesquisadores em educação pois se mostra uma ferramenta muito importante para a compreensão do objeto ou tema de pesquisa de uma dada investigação, inclusive para evidenciar qual a contribuição e relevância do estudo para o campo de pesquisa (SILVEIRA; NÓBREGA-TERRIEN, 2011).

Nesta pesquisa compreendemos que o currículo é, acima de tudo, um conjunto de multiplicidades, que sua materialidade deve perpassar por um olhar ao invisível, ao inviável, às

¹ Este artigo decorre de parte do projeto de pesquisa intitulado “Educação para a(s) Sexualidade(s) e Heterotopia: o Documento Curricular Referencial do Ceará em Questão” apresentado ao PPGE da Universidade Federal do Ceará. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará - UFC, wkrmoraes@outlook.com;

³ Doutora em Educação, docente do Departamento de Teoria e Prática do Ensino da Universidade Federal do Ceará - UFC, raquelcrosara@ufc.br.

vidas e aos corpos marginalizados: mulheres, mulheres pretas, *queers*, *gays*, lésbicas, transsexuais, travestis, transgêneros/as, além de todo o conjunto de identidades às margens. O currículo naturalmente é rizomático, é território de acontecimentos insuspeitados onde tudo vaza, escapa, mesmo que forças atuem para formatá-lo e evitar desorganizações (PARAÍSO, 2010).

Nesses caminhos sinuosos em que se traçam as forças e as formas dos currículos, nos chamam atenção os *contraespaços* curriculares ou *contracurrículos*, uma analogia às heterotopias de Foucault (2013), interpretadas como espécies de utopias realizadas, lugares que estão fora de todos os outros lugares, embora sejam localizáveis. Esses outros currículos têm potência de serem efetivas válvulas escapatórias do sistema de normas das identidades.

No meandro desta análise, evocamos a Educação para a(s) Sexualidade(s) como um caminho a ser construído por educadores/as e educandos/as no âmbito curricular. A prática da liberdade perpassa pela reflexão, problematização, questionamento do comum, das normas, do visível e do invisível de modo a evidenciar o caráter histórico e cultural dos enunciados produtores de subjetividade (XAVIER-FILHA, 2009). Pressupõe pensar o currículo como a construção social da sensibilidade ao outro, para isso é necessário extrapolar uma visão linearizada. Precisamos retorcer, compreender os corpos, sexos, gêneros e sexualidades enquanto categorias de poder, e, portanto, políticas. Diante disso, nossa pergunta central é: como se mostra o desenvolvimento desse conjunto de ideias no estado atual da Ciência?

Neste levantamento nos deteremos a analisar os desdobramentos entre os descritores “documentos curriculares” e “heterotopias” e suas intersecções com os descritores “educação para a sexualidade”, “diversidade sexual” e “relações de gênero”. Assim, temos como objetivo apresentar o Estado da Questão (EQ) a fim de se compreender como esses descritores estão entrelaçados em produções acadêmico-científicas dispostas nos principais bancos indexadores do Brasil.

Como proposto no início deste texto, com o EQ buscaremos compreender a construção simbólica e material dos aparatos curriculares nas dimensões dos corpos, sexos, gêneros e sexualidades na contemporaneidade.

METODOLOGIA

Para a construção do EQ selecionamos duas fontes de buscas de artigos, dissertações, teses, trabalhos acadêmicos de outras naturezas e os anais de duas edições de um evento científico de larga importância no campo explorado. A saber:

- a) Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD); b) Portal de Periódicos da Capes;
c) Anais dos VI/VII Seminários Corpo, Gênero e Sexualidade, dos II/III Seminários Internacionais Corpo, Gênero e Sexualidade, e dos II/III Luso-Brasileiros Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

Para a delimitação do EQ foi necessário um trabalho cognitivo e coletivo com o objetivo de selecionar os descritores essenciais que pudessem fornecer no ato do levantamento os resultados mais próximos do que se buscava compreender. Nesse sentido, selecionamos cinco descritores: dois gerais “Documentos Curriculares” e “Heterotopias”; e três específicos “Educação para a Sexualidade”, “Diversidade Sexual” e “Relações de Gênero”.

A combinação para as buscas na BDTD e no Portal de Periódicos Capes, após a definição dos descritores, foi feita utilizando-se do artifício do operador booleano *AND* conforme disposto no quadro (1). Já para as buscas nos anais dos eventos elencados, os descritores foram buscados de forma individual, justificado pela ausência de mecanismos de busca no respectivo indexador de arquivos.

A delimitação temporal foi feita considerando o contexto sociopolítico, nesse sentido, o levantamento teve uma limitação de periodicidade de 2018 a 2022 para os portais Capes e BDTD. Já para os seminários, foram selecionados os eventos ocorridos em 2016 e 2018, compreendendo que em 2020 o evento não ocorreu motivado pela emergência do novo coronavírus, e em 2022, no momento da análise, os anais eletrônicos não estavam disponíveis.

Quadro 1 – Combinações dos descritores utilizando o operador booleano *AND*.

Identificador	Combinação de descritores com o operador booleano <i>AND</i>		
DCS	Documentos Curriculares (DC)	<i>AND</i>	Educação para a Sexualidade (ES)
DCD	Documentos Curriculares (DC)	<i>AND</i>	Diversidade Sexual (DS)
DCG	Documentos Curriculares (DC)	<i>AND</i>	Relações de Gênero (RG)
HTS	Heterotopia (HT)	<i>AND</i>	Educação para a Sexualidade (ES)
HTD	Heterotopia (HT)	<i>AND</i>	Diversidade Sexual (DS)
HTG	Heterotopia (HT)	<i>AND</i>	Relações de Gênero (RG)

Fonte: elaborado pelos autores.

A análise inicial consistiu em perceber o grau de correspondência da combinação dos descritores com os resultados obtidos nas buscas com o intuito de mitigar a existência de trabalhos que não estivessem em consonância com o que o se buscava.

Após a busca, os trabalhos foram armazenados para posterior análise. A primeira delas consistiu na leitura intensa dos títulos, sendo essa etapa uma triagem e seleção inicial dos daqueles que formaram o corpus deste EQ. Houve, dessa maneira, critérios práticos para que

se pudesse reconhecer os trabalhos que faziam parte do contexto analítico de interesse. Foram eles:

a) A presença dos descritores nos títulos não perfazia critério único de escolha, sendo necessário reconhecer o conteúdo semântico que dispunha. b) Foram considerados trabalhos que dispusessem em seus títulos de forma literal apenas um descritor, entretanto o outro estava disposto nominalmente, por exemplo: “Base Nacional Comum Curricular” ao invés de “Documentos Curriculares”. c) Foi considerada também a interpretação que se mostrava nos títulos, por exemplo: o termo “questionamentos do corpo sexuado” em dado contexto foi considerado relacionado com “Educação para a Sexualidade”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa busca inicial resultou no encontro de 550 trabalhos nos diferentes portais e anais de eventos conforme o quadro 2.

Quadro 2 – Quantidade de trabalhos encontrados em portais e anais eletrônicos.

Trabalhos encontrados na BDTD e no Portal de Periódicos da Capes (2018-2022)							
	DCS	DCD	DCG	HTS	HTD	HTG	Qtde
BDTD	44	36	46	1	2	3	132
Portal de Periódicos Capes	22	15	37	1	6	5	86
VII e VIII Seminários Corpo, Gênero e Sexualidade	<i>Trabalhos encontrados nos anais eletrônicos de 2016 e 2018</i>						
		DC	HT	ES	DS	RG	Qtde
	2018	28	3	9	37	74	151
	2022	41	1	10	42	87	181
TOTAL							550 (15)

Fonte: elaborado pelos autores.

Fizemos a leitura dos resumos dos 550 trabalhos inicialmente selecionados analisando os objetivos, referenciais teóricos e considerações finais nos textos apresentados em busca daqueles aproximados com nosso tema. Selecionamos, assim, 15 trabalhos entre artigos, anais de eventos, dissertações e teses, os quais finalmente compõem este EQ. O quadro 3 apresenta suas devidas identificações.

Quadro 3 – Sínteses dos trabalhos selecionados.

(continua)

Título	Objeto de Análise	Pesquisa	Dados
Base nacional comum curricular e diversidade sexual e de gênero: (des)caracterizações.	O artigo analisa a BNCC em relação às suas concepções sobre diversidade sexual e de gênero, verificando como o documento pode subsidiar o trabalho docente.	Documental	Análise textual discursiva
A educação continua no “armário”: reflexões sobre a inclusão da diversidade sexual nas políticas educacionais.	O artigo discute a inclusão da temática de gênero, sexualidade e diversidade sexual nas políticas educacionais, com foco no segmento LGBT.	Documental e bibliográfica	Não identificado

Quadro 3 – Sínteses dos trabalhos selecionados.

(continua)

Título	Objeto de Análise	Pesquisa	Dados
Seleção lexical e relações semânticas das co-ocorrências de gênero e sexualidade nos parâmetros curriculares nacionais.	O artigo apresenta reflexões iniciais de uma pesquisa de doutorado sobre identidade de gênero no espaço escolar e possibilidades discursivas para superação da heteronormatividade.	Documental	Análise crítica do discurso
Políticas curriculares e EJA: a luta pela significação de gênero no contexto da prática docente.	Este artigo analisa como as relações de gênero são expressas no currículo dos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos e vivenciadas pelos alunos na prática docente.	Etnográfica	Não identificado
A BNCC e o componente curricular de história – entre competências e habilidades, como ficam as questões de gênero?	O artigo analisa a presença das questões de gênero em livros didáticos de história aprovados pelo PNLD 2020, com o objetivo de visualizar como se apresentam as relações de gênero e o seu conceito.	Documental	Análise de conteúdo
Gênero, sexo e sexualidade na educação infantil: o que dizem os documentos da rede municipal de ensino de Florianópolis	O artigo analisa as concepções sobre gênero, sexo e sexualidade presentes nos documentos da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.	Documental	Análise de conteúdo
Democracia e diferença em tramas político-curriculares contemporâneas: o Escola Sem Homofobia em análise.	Este artigo analisa o discurso da diversidade sexual como um dispositivo de controle e regulação da vida, mas também como um espaço para a insurgência da vida na educação.	Documental	Abordagem pós-estruturalista
'Ideologia de gênero' e a política de educação no Brasil: exclusão e manipulação de um discurso heteronormativo.	O artigo analisa a manipulação do discurso "ideologia de gênero" na política de educação no Brasil e sua relação com a exclusão da temática de gênero e sexualidade na Base Nacional Comum Curricular.	Bibliográfica	Análise crítica feminista
Sexualidade e Gênero na atual BNCC: possibilidades e limites.	O artigo analisa a inclusão de questões de gênero e sexualidade na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Básica, apresentando possibilidades e limites para a educação consciente.	Documental	Não identificado
Da reprodução das ostras aos questionamentos do corpo Sexuado.	O artigo analisa a relação entre corpo, sexualidade e educação a partir de uma experiência etnográfica, buscando contribuir para uma compreensão mais crítica e pós-crítica da educação e da sexualidade.	Etnográfica	Análise do discurso
Territórios da escola: mapeando espaços heterotópicos de lazer que possibilitam inflexões de aprendizagem em gênero.	O trabalho descreve a metodologia de uma pesquisa bibliográfica que analisa as ações das crianças em seus espaços de lazer e brincadeira, com foco na identificação e problematização das marcas culturais e dos marcadores sociais, principalmente os de gênero.	Etnográfica	Análise cultural baseada em Michel Foucault
Enunciados sobre "ideologia de gênero" presentes na aprovação do Plano Nacional de Educação - PNE 2014/2024: relato de um estudo de tese.	O trabalho analisa as falas dos parlamentares contrários à igualdade de gênero e orientação sexual na Câmara dos Deputados.	Documental	Análise do discurso
A educação sexual no Brasil: levantamento e análise de documentos oficiais nos últimos 20 anos.	O trabalho analisa documentos oficiais sobre Educação Sexual no Brasil nos últimos 20 anos, destacando temas pertinentes e importantes.	Documental	Análise de conteúdo

Quadro 3 – Sínteses dos trabalhos selecionados.

(conclusão)

Título	Objeto de Análise	Pesquisa	Dados
O tema gênero na BNCC e no documento curricular do território maranhense.	O trabalho analisa a abordagem do tema do gênero na BNCC e no Documento Curricular do Território Maranhense, destacando suas limitações e influência neoliberal.	Documental	Análise de conteúdo
Entre ausências, possibilidades e demandas sobre gênero e sexualidade no espaço escolar.	O trabalho analisa as práticas pedagógicas de docentes iniciantes em relação às temáticas de gênero e sexualidade nos espaços escolares.	Fenomenologia social	Método documental

Fonte: elaborado pelos autores.

A análise dos trabalhos permitiu extrair suas questões centrais sintetizadas anteriormente como “objeto de análise” (quadro 3). Partindo desse ponto, de um modo geral, os trabalhos seguem duas linhas de ideias principais, uma diz respeito às disputas acerca dos corpos, sexos, gêneros e sexualidades nos documentos oficiais. A outra busca analisar os pressupostos para a construção das identidades e subjetividades dos educandos no espaço escolar acerca da mesma temática.

Disputas acerca dos corpos, sexos, gêneros e sexualidades nos documentos oficiais

A identidade, no contexto dessa discussão, é claramente o ponto crucial que devemos nos atentar, e os discursos ideológicos caracteristicamente carregam os preceitos motores do processo de exclusão. Dessa forma, há a identificação de um ideal que baliza todas as formas de vida, sendo as desviantes passíveis de regulação e eliminação. Louro (2014) nos demonstra que a simbologia e a construção das subjetividades no ambiente escolar pressupõem sobretudo a interdição das identidades fora da normalização a fim de eliminá-las.

Ao tomar essa discussão como ponto de partida, Freire (2018) analisa a centralidade em que foi colocada a heteronormatividade na BNCC com relação às pautas de gêneros e sexualidades. À roupagem neutra se propagou um discurso manipulativo de natureza conservadora que culminou na garantia da norma que delimita a sexualidade à lógica heterossexual reprodutiva (FREIRE, 2018).

É preciso salientar, entretanto, que a produção do sintagma “ideologia de gênero” é a ponta do *iceberg* de um conjunto de avanços conservadores. Emitidos por parlamentares pertencentes sobretudo à bancada evangélica, os enunciados que interditam a inserção das discussões acerca dos gêneros e sexualidades nos currículos oficiais são antagonismos às políticas de parceria entre os movimentos sociais e o estado que trouxeram avanços justamente a essas pautas (MENDES, 2018; MONTEIRO; RIBEIRO, 2020).

Desse modo, a produção de um sujeito de direitos fundamentada nas noções jurídicas de poder e que é legitimada através dos processos de exclusão pressupõe descaradamente a disseminação pública da própria limitação, proibição e controle, contrapondo ao que dispõe Butler (2021) quando afirma que esse tipo de operação política é efetivamente ocultado e naturalizado por meio das estruturas jurídicas.

Fato este que culminou na visão meramente biomédico-higienista proposta na BNCC publicada em 2017, com a interdição reiterada dos termos orientação sexual e gênero⁴. Assim, há um investimento no documento final em controlar e “proteger” os indivíduos de condutas sexuais que possam findar em problemas de saúde pública (MONTEIRO; RIBEIRO, 2020). O que se mostra é o poder sendo aceito inteiramente cínico, mesmo que seu sucesso esteja na proporção daquilo que oculta (FOUCAULT, 2015).

Ao nos voltarmos aos PCN, compreender a “orientação sexual” proposta como um mecanismo de poder com a finalidade de produzir sujeitos autodisciplinados, tendo o termo “orientar” o sentido de direcionar para uma hegemonia de corpos considerados saudáveis (ALTMANN, 2007) é razoável se ajuizarmos o contexto em que havia uma preocupação dos educadores com o crescimento da incidência de gravidez indesejada entre as adolescentes e com o risco da infecção pelo HIV entre os jovens (BRASIL, 1997).

Entretanto, é inconcebível em 2017, ano de publicação da BNCC, com os avanços nas últimas décadas dos direitos das mulheres e LGBTQIA+, advindos inclusive da parceria entre o Estado e os movimentos sociais, com o aumento do feminicídio e outras formas de violência contra as mulheres no país⁵, com as altas taxas de LGBTCídio a pessoas, sobretudo mulheres, travestis, transsexuais, transgêneros e *queer*⁶, com todas as mudanças de comportamento e de obtenção de direitos pelas minorias, que um documento normativo com a dimensão da BNCC se furte de postular no mínimo a importância dessas discussões no ambiente escolar.

Silva e Buss-Simão (2018) afirmam que situação idêntica ocorreu durante a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014, do qual sob alegação de que a “ideologia de gênero” não poderia adentrar nas escolas, os termos “orientação sexual” e “gênero” foram

⁴ TOKARNIA: MEC retira termo "orientação sexual" da Base Curricular. **Agência Brasil**, Brasília, 07 abr. 2017. Educação. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/mec-retira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular>. Acesso em: 17 abr. 2023.

⁵ PICCIRILLO; SILVESTRE: Aumento dos feminicídios no Brasil mostra que mulheres ainda não conquistaram o direito à vida. **G1**, São Paulo, 08 mar. 2023. Monitor da Violência. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/aumento-dos-feminicidios-no-brasil-mostra-que-mulheres-ainda-nao-conquistaram-o-direito-a-vida.ghtml>. Acesso em: 18 abr. 2023.

⁶ LUCCA: Brasil é o país que mais mata transsexuais e travestis pelo 14º ano seguido. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 jan. 2023. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/01/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-transsexuais-e-travestis-pelo-14o-ano-seguido.shtml>. Acesso em: 18 abr. 2023.

retirados do documento. Salientamos que houve posteriormente uma reprodução desses discursos quando da aprovação dos diversos planos estaduais e municipais de educação. Rocha (2018) relaciona esse movimento a uma crescente interferência eclesiástica aos órgãos legislativos e executivos brasileiros dos quais disseminam a imposição de sua ética, desejos e costumes. É nesse contexto que há uma organização massiva de setores da religião cristã em torno da defesa da não “ideologia de gênero” nas escolas disseminando o que passa a ser reconhecido como pânico moral (ROCHA, 2018).

Diante dessas problemáticas político-sociais-ideológicas, busca-se compreender suas relações com a prática docente, afinal é na escola com a aplicação direta dos componentes inseridos nos currículos oficiais que se sintetizam a produção das subjetividades e os dispositivos de controle e regulação dos corpos, sexos, gêneros e sexualidades.

Ao analisar um conjunto de legislações, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e algumas Diretrizes Curriculares, como a para EJA, Honorato, Costa e Ferreira (2018) verificaram que as categorias gêneros e sexualidades são sempre compreendidas em termos genéricos, tornando a inserção dessas temáticas no âmbito escolar à critério do/a docente e suas interpretações políticas e ideológicas. Nesse sentido, Vicente (2021) revela que essas compreensões têm influência dos diferentes contextos e valores culturais que se apregoam nas redes de interação social dos sujeitos.

Desse modo, o discurso proferido a respeito dos corpos, sexos, gêneros e sexualidades podem ser utilizados tanto como um dispositivo regulatório e produtor de subjetividades específicas, ao mesmo tempo em que pode ser um espaço onde a vida pode insurgir-se e produzir outros possíveis na educação.

Construção das identidades e subjetividades nos espaços escolares

Tomamos o espaço escolar como um local autêntico constitutivo das identidades e subjetividades onde as relações de poder balizam e controlam os saberes discursivos acerca dos corpos, sexos, gêneros e sexualidades. Notadamente, a crítica se impõe aos discursos particulares que tomam os espaços para disseminar sua perspectiva como se fosse concreta e acabada, única possível e aceitável.

Vieira e Gonzales (2019) ao analisar as relações semânticas das co-ocorrências dos termos gênero e sexualidade nos PCN, compreendem que há no documento a estratégia discursiva de binarizar o conceito de gênero, privilegiando as identidades masculina e feminina somente, como identidades gerais, homogêneas e aceitas como identidades padrão no processo

educacional. Há, nesse sentido, o estabelecimento concreto de um recurso discursivo que impõe limites e elege como central a heteronormatividade.

Este trabalho corrobora com autores/as desse campo de conhecimento, Judith Butler por exemplo, dos quais sugerem que normalmente pensamos o gênero sob a matriz heterossexual (LOURO, 2015). Dessa forma, pode se compreender que as relações de poder que constroem e definem as possibilidades das configurações realizáveis do gênero na cultura são pressupostas pelos limites de uma análise fundamentalmente na lógica do discurso, da qual são estabelecidas no seio cultural hegemônico (BUTLER, 2021).

Nada obstante reconhecemos que

[...] nenhuma identidade sexual - mesmo a mais normativa - é automática, autêntica, facilmente assumida; **nenhuma identidade sexual existe sem negociação ou construção**. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, **toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil**, uma relação social contraditória e não finalizada (BRITZMAN, 1996, p. 74, grifos nossos).

As identidades sexuais e de gênero se transformam continuamente através das relações sociais e por meio dos discursos, das simbologias, das representações, dos lugares, não apenas ao longo do tempo, mas ao longo da história (LOURO, 2015).

Portanto, no espaço escolar, mesmo se pautado em um currículo com tônica de controle, é possível encontrar fissuras onde a diferença vibra e possibilita a visualização de linhas de resistência e fuga, possibilitando outras referências ético-políticas para a experiência e tratamento da sexualidade, sintetizando colisões para um horizonte democrático na educação.

Em seu trabalho Silva e Ribeiro (2022) identificam na hora do brincar, no brincar junto, espaços heterotópicos onde há ocorrência de outros possíveis, onde se pode romper com as regras sociais que normalizam as relações, sendo que nesse momento as crianças exercem suas masculinidades e feminilidades, burlam e estabelecem novos saberes acerca das normas sociais instituídas.

Unger e Cardoso (2021), por sua vez, encontram na reprodução das ostras um caminho gerador de questionamento e tensionamentos acerca dos corpos, sexos, gêneros e sexualidades, desmontando, rompendo com engessamentos, recompondo esses espaços. Para as autoras, debater em sala de aula outras formas de visualizar e compreender essas questões, faz ressoar outras discursividades que estranha, questiona, desconstrói e remonta possíveis dentro deste modo de governo de vidas.

As identidades e subjetividades também são construídas através das invisibilidades e exclusões, e nesse sentido, o que é possível compreender a partir dessas construções? Almeida (2022) disserta que o ocultamento generalizado das temáticas plurais de corpos, sexos, gêneros e sexualidades e dos sujeitos de matriz não heterossexual reflete diretamente no aumento da violência, da discriminação, do preconceito contra esses corpos marginalizados.

A miscelânea de trabalhos analisados mostra que a matriz heteronormativa é compreendida como ponto central da lógica de um dispositivo socialmente instituído que regula e polícia os sujeitos. Essa percepção permite observar que a repressão denotada pelo silenciamento e exclusão explícita dos termos nos diferentes currículos e espaços escolares anteriormente elencados não são mecanismos que compõem uma lógica para torná-los segredo na sociedade, mas compõe uma forma de conduzi-los às verdades produzidas sobre eles próprios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do cenário analisado, compreendemos que os estudos dispunham como centralidade a crítica aos documentos e políticas curriculares que se apresentam como mecanismos de regulamentação e controle dos corpos, das identidades e subjetividades, ora numa perspectiva de proibição ideológica conservadora, ora numa perspectiva de liberação neoliberal. Nesse sentido, foi possível reconhecer que embora um documento curricular apresente uma abertura às discussões mais plurais quanto aos corpos, sexos, gêneros e sexualidades, haverá, entretanto, condicionamentos regulando os sujeitos a determinadas estruturas.

Neste meandro, no entanto, alguns trabalhos demonstravam possibilidades e resistências outras a partir da utilização dos mecanismos de reconhecimento da própria limitação com vista à desconstrução, estranhamento e circulação de saberes às margens. Dessa forma, permitindo constatar uma contrariedade às normatizações curriculares, concluindo-se em vazamentos na própria estrutura que faz ascender a vida.

Por fim, reconhecemos que o EQ foi uma importante ferramenta para compreendermos as principais discussões, preocupações, bases teóricas dos/as pesquisadores/as desse tema de pesquisa no estado atual da ciência, além de fomentar reflexões importantes que impulsionaram o desenvolvimento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. C. **A base nacional comum curricular do ensino médio e as diferentes expressões das diversidades:** um estudo sobre invisibilidades e exclusão. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, 2022.

ALTMANN, H. A sexualidade adolescente como foco de investimento político-social. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, MG, n. 46, p. 287-310. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e Esportes. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF, 1997.

BRITZMAN, D. P. O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **Educação e Realidade**, v. 21, n. 1, p. 71-96. 1996.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. 21. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2021.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I:** a vontade de saber. 23. ed. São Paulo, SP: Terra e Paz, 2015.

FOUCAULT, M. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo, SP: n-1 edições, 2013.

FREIRE, P. 'Ideologia de gênero' e a política de educação no Brasil: exclusão e manipulação de um discurso heteronormativo. **Ex æquo**, [S. l.], n. 37 p. 33-46, 2018.

HONORATO, R. F. S.; COSTA, T. D.; PEREIRA, M. Z. C. Políticas curriculares e EJA: a luta pela significação de gênero no contexto da prática docente. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 3, n. 11, 2018.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MENDES, P. O. S. P. Enunciados sobre “ideologia de gênero” presentes na aprovação do Plano Nacional de Educação - PNE 2014/2024: relato de um estudo de tese. *In:* Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, 7, Rio Grande: **Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade**, Rio Grande: FURG, 2018.

MONTEIRO, S. A. S.; RIBEIRO, P. R. M. Sexualidade e Gênero na atual BNCC: possibilidades e limites. **Pesquisa e Ensino**, [S. l.], v. 1, p. e202011, 2020.

NÓBREGA-TERRIAN, S. M.; TERRIAN, J. Trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. **Estudos em avaliação educacional**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 5-16. 2004.

PARAÍSO, M. A. Diferença no Currículo. **Cadernos de Pesquisa**, [S. l.], v. 40, n. 140, p. 587-604. 2010

ROCHA, T. J. **A controvérsia sobre a inclusão de gênero e sexualidade nos planos de educação do Paraná**. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, 2018.

SILVA, K. Z.; BUSS-SIMÃO, M. Gênero, sexo e sexualidade na educação infantil: o que dizem os documentos da rede municipal de ensino de Florianópolis. **Revista Zero-a-seis**, [S. l.], v. 20, n. 37 p. 27-41, 2018.

SILVA, L. V.; RIBEIRO, C. M. Territórios da escola: mapeando espaços heterotópicos de lazer que possibilitam inflexões de aprendizagem em gênero. *In*: Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, 7, Rio Grande: **Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade**, Rio Grande: FURG, 2018.

SILVEIRA, C. S.; NÓBREGA-TERRIAN, S. M. Estudos sobre pesquisa e formação de professores da Educação Básica: a elaboração do Estado da Questão. **Revista Educação em Questão**, Natal, RN, v. 41, n. 27, p. 219-243. 2011.

UNGER, L. G. S; CARDOSO, L. R. Da reprodução das ostras aos questionamentos do corpo Sexuado. **Revista Ambivalências**, [S. l.], v. 9, n. 17 p. 14-40, 2021.

VICENTE, L. S. **A educação sexual nos documentos curriculares e na perspectiva de professores do ensino fundamental**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2021.

VIEIRA, V. C.; GONZALEZ, C. G. Seleção lexical e relações semânticas das co-ocorrências de gênero e sexualidade nos parâmetros curriculares nacionais. **Alfa, Revista de Linguística**, São Paulo, v.63, n.1, p.153-180, 2019.

XAVIER FILHA, C. Educação para a sexualidade: carregar água na peneira? *In*: RIBEIRO, P. R. C.; SILVA, M. R. S.; GOELLNER; S. V. (org.). **Corpo, gênero e sexualidade: composições e desafios para a formação docente**. Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2009. p. 85-104.

XAVIER FILHA, C. Educação para a(s) sexualidade(s): carregar água na peneira? **Revista Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 16-39, 2017.